

EDUCAÇÃO

Mensalidade traz dúvida e discórdia

Depois do PL que legaliza ensino em casa, Câmara analisa PEC que impõe cobrança de contribuição, nas universidades públicas, de alunos vindos de famílias que tenham melhor condição financeira

» JÁDER REZENDE
» RAPHAEL FELICE

Depois do projeto de lei sobre o ensino domiciliar, aprovado na semana passada, começou a tramitar na Câmara dos Deputados uma proposta de emenda constitucional polêmica: a que estabelece a cobrança de mensalidade nas universidades públicas. A matéria, que seria analisada ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa, voltará à pauta somente depois de uma audiência pública para debater o tema.

A PEC 206/19 é de autoria do deputado General Peternelli (União-SP), que defende a tese de que a gratuidade atual privilegia filhos das famílias de maior renda. “Minha proposta é simples: quem pode, paga; quem não pode, não paga. O principal é propiciar uma universidade de com ensino de qualidade”, explicou. A relatoria da proposta é do deputado Kim Kataguiri (União-SP), que deu sinal verde para ir adiante.

O texto foi trazido à tona no momento em que circula o documento *Projeto de Nação — O Brasil em 2035*, elaborado por três entidades ligadas a militares da reserva, entre eles o Instituto Villas-Boas — que leva o nome do general Eduardo Villas Boas, ex-comandante do Exército e um dos mentores do presidente Jair Bolsonaro (PL). Uma das sugestões do estudo é justamente a cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

A PEC foi mal recebida. Entidades estudantis e parlamentares enxergam na iniciativa um grande retrocesso. Bruna Belaz, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), participou da sessão da CCJ e explicou que aplicar mensalidades em universidades públicas não resolve as desigualdades. “Precisamos de mais investimento em educação. Até porque, 70% dos alunos em universidades públicas têm renda per capita de um salário mínimo. Se passar na CCJ e for a plenário, os estudantes devem se mobilizar”, alertou.

Nilson Bastian/Agência Câmara



Texto de Peternelli ressurge no momento em que circula proposta de militares que defende cobrança de mensalidade na universidade pública

Novo perfil

Para Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e ex-ministro da Educação, é “corriqueiro” propor-se a cobrança de mensalidades dos alunos mais ricos que estejam na universidade pública. Mas pondera que o perfil desses estudantes mudou.

“Não é mais verdade que o universitário típico, nas instituições federais, seja alguém que estudou em colégios particulares caros. Cada vez temos mais alunos que vêm das escolas públicas e cada vez mais descendentes de africanos ou de indígenas”, assegura.

Janine Ribeiro faz, ainda, um alerta: “A educação não deve ser entendida como um subsídio estatal para melhorar a renda dos educados, e sim como um investimento que a sociedade efetua para retornos importantes destinados a todos”.

O presidente da Associação

Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Marcus David, endossa as observações de Janine Ribeiro — de que as universidades públicas não são redutos dos mais abastados. “Há um grande equívoco, como se as universidades estivessem ocupadas exclusivamente por alunos de classes alta e média. É necessário que haja uma rede de universidades que ofereçam ensino de excelência para alavancar a sociedade”, aponta.

Soraya Smaili, dirigente do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (Sou Ciência), considera que o projeto não deveria sequer ser debatido. “Essa proposta não diz respeito à nossa realidade. É algo contrário a tudo que o nosso país precisa. Precisamos discutir a expansão da educação pública de qualidade. Esse texto é totalmente extemporâneo, não tem o menor sentido”, criticou.

Relator defende proposta

O deputado Kim Kataguiri (União-SP), relator da PEC 206/19 que considerou o texto constitucional para ser levado a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, defendeu a proposta. E destacou que a “grande maioria” dos alunos da universidade pública hoje não pagaria mensalidade.

“As próprias universidades, cujas administrações são definidas pelos alunos e professores, determinariam a proporção a ser paga por quem pode pagar. O dinheiro poderia ser revertido para alimentação, transporte e aulas de reforço para alunos carentes”, exemplificou Kataguiri.

O líder do partido Novo na Câmara, deputado Tiago Mitraud (MG), se posicionou favoravelmente à PEC. “Por que os ricos não podem pagar pela sua própria universidade no Brasil?”, indagou.

Para Marcelo Freixo, deputado e pré-candidato do PSB ao

governo do Rio de Janeiro, a PEC cria barreiras para o acesso dos jovens à universidade. “A gente tem que facilitar o acesso da graduação ao ensino superior, não criar barreiras. Dito isso, o projeto tem outros problemas graves. Ele sequer define claramente quem teria e quem não teria que pagar”, salientou.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) — autora do requerimento que adiou a votação da proposta e convocou uma audiência pública para discutí-la — afirmou que “essa PEC desobriga o Estado de suas responsabilidades”.

Já para o senador Paulo Paim (PT-RS), integrante da Comissão de Educação do Senado, “a distorção no público das universidades é porque, basicamente, até o momento, o princípio constitucional de igualdade de acesso não foi devidamente observado e cumprido”. (JR e RF)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Brasil **Página:** 5